

# AMEFRICANIDADE COMO CATEGORIA POLÍTICA, EPISTÊMICA E ESTÉTICA

AMEFRICANITY AS A POLITICAL, EPISTEMIC AND AESTHETIC  
CATEGORY

AMEFRICANIDAD COMO CATEGORÍA POLÍTICA, EPISTÉMICA Y  
ESTÉTICA

**DOUGLAS MANOEL ANTONIO DE ABREU PESTANA DOS SANTOS**

**USP - Universidade de São Paulo**

**Escola de Artes, Ciências e Humanidades – Psicologia política**

<https://orcid.org/0000-0002-1861-0902>

E-mail: [dpestana@usp.br](mailto:dpestana@usp.br)

## Como citar este artigo:

**SANTOS**, Douglas Manoel Antonio de Abreu Pestana dos. AMEFRICANIDADE COMO CATEGORIA POLÍTICA, EPISTÊMICA E ESTÉTICA. *Revista Amefricana*, v. 2, art202601005, 2026.

Recebido: 27 jan. 2026 | Aceito: 22 fev. 2025 | Publicado: 28 fev. 2026

## RESUMO

*Este artigo analisa a Amefricanidade como categoria política, epistêmica e estética a partir da obra de Lélia Gonzalez. Argumenta-se que a formulação gonzaleana opera como crítica à colonialidade do poder ao expor os mecanismos de branqueamento das narrativas nacionais e a negação do racismo no Brasil, articulados à ideologia da mestiçagem e ao mito da democracia racial (Gonzalez, 1983). Em seguida, discute-se a Amefricanidade como categoria epistêmica, na medida em que desloca o lugar de enunciação do conhecimento, questiona o cânone eurocentrado e reivindica a legitimidade de saberes produzidos por sujeitos negros e indígenas, em diálogo com a crítica decolonial à geopolítica do conhecimento e às hierarquias raciais do saber (Quijano, 2000; Mignolo; Walsh, 2018). Por fim, examina-se sua dimensão estética, destacando a linguagem como campo de disputa e a noção de pretuguês como evidência de uma cultura amefricana inscrita na própria constituição do português no Brasil, bem como a centralidade de práticas artísticas, religiosas e literárias como arquivo vivo da diáspora e de cosmologias não separadas pela dicotomia moderna entre corpo e razão (Gonzalez, 1988; Hall, 2003). Conclui-se que a Amefricanidade permanece como chave analítica atual para interpretar desigualdades, resistências e produções culturais no Sul Global, contribuindo para reorientar a pesquisa e a escrita acadêmica desde perspectivas historicamente silenciadas (Carneiro, 2005; Ratts, 2007).*

**Palavras-chave:** Amefricanidade. Colonialidade do poder. Epistemologias do Sul. Feminismo negro. Estética amefricana.

## ABSTRACT

*This article examines Amefricanity as a political, epistemic, and aesthetic category grounded in Lélia Gonzalez's work. It argues that Gonzalez's formulation functions as a critique of the coloniality of power by revealing how whitening national narratives, the denial of racism in Brazil, and the ideology of mestiçagem sustain a specific mode of racial domination historically connected to slavery's contemporary reconfigurations (Gonzalez, 1983). The article then develops Amefricanity as an epistemic category insofar as it displaces the locus of enunciation, challenges Eurocentric canons, and legitimizes knowledges produced by Black and Indigenous subjects, in dialogue with decolonial critiques of the geopolitics of knowledge and racial hierarchies within modernity (Quijano, 2000; Mignolo; Walsh, 2018). Finally, it explores its aesthetic dimension, emphasizing language as a site of struggle and the notion of pretuguês as evidence of an Amefrican cultural archive inscribed in Brazilian Portuguese, as well as the role of artistic, religious, and literary practices as living memories of the diaspora and of cosmologies that refuse modern separations between body and reason (Gonzalez, 1988; Hall, 2003). The article concludes that Amefricanity remains a timely analytical key for interpreting inequalities, resistances, and cultural productions in the Global South, reorienting academic research and writing from historically silenced standpoints (Carneiro, 2005; Ratts, 2007).*

**Keywords:** Amefricanity. Coloniality of power. Epistemologies of the South. Black feminism. Amefrican aesthetics.

## RESUMEN

*Este artículo analiza la Amefricanidad como categoría política, epistémica y estética a partir de la obra de Lélia Gonzalez. Se sostiene que la formulación gonzaleana opera como crítica a la colonialidad del poder al evidenciar los mecanismos de blanqueamiento de las narrativas nacionales, la negación del racismo en Brasil y la ideología de la mestización como tecnologías de dominación racial vinculadas a reconfiguraciones contemporáneas de la esclavitud (Gonzalez, 1983). En el plano epistémico, se argumenta que la Amefricanidad desplaza el lugar de enunciación del conocimiento, cuestiona el canon eurocéntrico y afirma la legitimidad de saberes producidos por sujetos negros e indígenas, en diálogo con las críticas decoloniales sobre la geopolítica del conocimiento y las jerarquías raciales del saber (Quijano, 2000; Mignolo; Walsh, 2018). En el plano estético, se examina el lenguaje como campo de disputa, destacando la noción de pretuguês como indicio de una cultura amefricana inscrita en el portugués de Brasil, así como la centralidad de prácticas artísticas, religiosas y literarias como archivo vivo de la diáspora y de cosmologías que rechazan las dicotomías modernas entre cuerpo y razón (Gonzalez, 1988; Hall, 2003). Se concluye que la Amefricanidad sigue siendo una clave analítica vigente para interpretar desigualdades, resistencias y producciones culturales en el Sur Global, reorientando la investigación y la escritura académica desde perspectivas históricamente silenciadas (Carneiro, 2005; Ratts, 2007).*

*Palabras clave: Amefricanidad. Colonialidad del poder. Epistemologías del Sur. Feminismo negro. Estética amefricana.*

## INTRODUÇÃO

*O conceito de Amefricanidade, elaborado por Lélia Gonzalez a partir da década de 1980, configura-se como uma das formulações mais densas e consequentes do pensamento negro latino-americano para a crítica das epistemologias eurocentradas e para a reconfiguração das categorias analíticas que estruturam as reflexões sobre raça, gênero, cultura e política nas Américas (Gonzalez, 1988). Ao propor essa noção, Gonzalez não apenas denuncia os limites conceituais do termo América Latina, cuja matriz semântica privilegia a herança colonial europeia e apaga sistematicamente a presença negra e indígena, como também desloca o eixo interpretativo da história continental para a experiência diaspórica e colonial comum às populações afrodescendentes e ameríndias. Trata-se de um movimento teórico e político que rompe com a lógica de importação acrítica de categorias produzidas no Norte Global e afirma a necessidade de pensar a realidade ameفرicana a partir de seus próprios processos históricos, linguísticos e culturais.*

*Nesse sentido, a Amefricanidade não opera como mera identidade cultural, mas como uma categoria analítica que evidencia as continuidades da colonialidade, os mecanismos de branqueamento das narrativas nacionais e as formas pelas quais o racismo estrutura tanto o imaginário social quanto a produção de conhecimento nas sociedades americanas (Gonzalez, 1988; 1994). Lélia Gonzalez formulou o termo Amefricanidade nos anos 1980 como resposta crítica às limitações das categorias coloniais e eurocêntricas que dominavam a explicação das sociedades nas Américas. Ela observou que conceitos como América Latina reproduziam uma narrativa que apagava a centralidade histórica, cultural e política das populações africanas e indígenas no continente (Gonzalez, 1988). A Amefricanidade emerge como categoria político-cultural que realinha o entendimento identitário e analítico, colocando a experiência da diáspora africana e suas articulações com povos originários no centro da explicação social e histórica das Américas. O objetivo era criar uma perspectiva que articulasse solidariedade e reconhecimento entre sujeitos negros e ameríndios das Américas, e não apenas dentro dos limites nacionais, deslocando o foco da identidade autorizada pelo colonizador para uma identidade construída a partir das experiências da diáspora e da resistência colonial (Gonzalez, 1988; 1994).*

*Essa formulação interfere de maneira decisiva nos debates do Sul Global por diversas razões. Primeiro, porque propõe um deslocamento epistemológico que desafia as hierarquias do saber herdadas do Norte Global, colocando no centro da produção teórica os sujeitos historicamente marginalizados pelo colonialismo, racismo e imperialismo. Ao valorizar saberes afrodescendentes e indígenas como fontes legítimas de conhecimento, a Amefricanidade contribui para a descolonização do conhecimento e para a construção de epistemologias que rompem com as categorias hegemônicas importadas do centro imperial (Gonzalez, 1988; 1994).*

*Segundo a categoria estimula práticas políticas e culturais que articulam lutas antirracistas, feministas e de reconhecimento de identidades subalternizadas em uma perspectiva continental e transnacional. Essa articulação é especialmente relevante no Sul Global, onde a colonialidade do poder e sua expressão em formas de racismo estrutural, desigualdade social e apagamento cultural ainda moldam práticas institucionais e modos de subjetivação. Ao colocar em diálogo experiências diversas do continente americano, a Amefricanidade oferece uma lente analítica para compreender como a colonialidade continua a operar e como pode ser contestada a partir das resistências e saberes das populações oprimidas (Gonzalez, 1988; 1994).*

*Nessa direção, ao questionar a primazia de narrativas nacionais e epistemologias dominantes, a Amefricanidade inspira projetos teóricos e políticos que buscam reconfigurar o Sul Global como espaço de produção de conhecimento e de práticas políticas emancipatórias, desafiando a centralidade epistemológica do Norte e promovendo trocas intelectuais e políticas mais horizontais e pluriversais*

*Este artigo discute a Amefricanidade como categoria política, epistêmica e estética, sustentando o argumento de que a proposta de Gonzalez atua de maneira articulada nesses três planos. No plano político, a Amefricanidade constitui uma crítica direta à colonialidade do poder e às narrativas nacionais que produzem apagamentos sistemáticos das populações negras e indígenas, questionando a universalidade dos projetos modernos de nação e cidadania. No plano epistêmico, trata-se de uma inflexão radical no lugar de enunciação do conhecimento, que tensiona o cânone acadêmico e reivindica a legitimidade dos saberes produzidos por mulheres negras, povos indígenas e sujeitos historicamente subalternizados, antecipando debates centrais do pensamento decolonial latino-americano e do feminismo negro.*

*Já no plano estético-cultural, a Amefricanidade permite compreender práticas linguísticas, corporais, religiosas e artísticas como formas de elaboração simbólica da experiência colonial e diaspórica, tornando visíveis cosmologias e modos de existência que foram historicamente marginalizados. Ao longo do texto, estabelece-se um diálogo crítico com autoras e autores do campo decolonial, do feminismo negro e de produções contemporâneas que retomam e atualizam a Amefricanidade como chave analítica fundamental para pensar as disputas por reconhecimento, produção de saber e existência plena nas Américas.*

### **LÉLIA GONZALEZ E A FORMULAÇÃO DA AMEFRICANIDADE**

*Lélia Gonzalez elabora a noção de Amefricanidade a partir de um duplo movimento crítico que atravessa toda a sua produção intelectual. De um lado, desenvolve uma crítica imanente ao mito da democracia racial brasileira, denunciando suas funções ideológicas na naturalização das desigualdades raciais, de gênero e de classe e na produção de uma imagem conciliatória da nação que oculta a violência estrutural do racismo (Gonzalez, 1983). De outro, recusa a universalização das experiências norte atlânticas como parâmetro teórico para a interpretação das formações sociais do Sul Global, questionando a centralidade de modelos analíticos que tomam as trajetórias europeias e estadunidenses como norma explicativa.*

*Nesse deslocamento, Gonzalez insere o Brasil em um mapa ampliado das relações coloniais que estruturam as Américas, aproximando as experiências negras e indígenas brasileiras das caribenhas, latino-americanas e norte americanas, sem, contudo, apagar suas especificidades históricas, linguísticas e culturais. Essa operação teórica permite compreender o racismo brasileiro não como exceção ou anomalia, mas como parte de uma matriz colonial comum, atravessada por processos diferenciados de dominação, mestiçagem forçada, silenciamento e resistência, articulando raça, gênero e classe como dimensões indissociáveis da experiência social amefricana.*

*A Amefricanidade, nesse sentido, nomeia a experiência histórico cultural de sujeitos afrodescendentes e ameríndios nas Américas como um processo relacional e em permanente disputa, marcado simultaneamente pela violência colonial, pelas estratégias de resistência e pelas práticas contínuas de reinvenção da vida social (Gonzalez, 1988). Longe de operar como identidade essencializada ou homogênea, a categoria enfatiza a*

*centralidade da diáspora africana na constituição do continente, a permanência da colonialidade como estrutura de poder, saber e subjetividade e a agência política, cultural e simbólica de sujeitos negros e indígenas na produção de linguagem, religiosidade, estética e formas de organização coletiva.*

*Ao deslocar o termo América Latina para Améfrica Ladina ou Amefricanidade, Gonzalez explicita o caráter racista e patriarcal inscrito no próprio vocábulo latino, historicamente associado às elites brancas herdeiras da colonização ibérica, e propõe um princípio alternativo de nomeação fundado nos sujeitos que foram sistematicamente produzidos como outros da modernidade colonial (Gonzalez, 1994). Trata-se, portanto, de um gesto profundamente político e epistêmico, pois nomear o continente desde seus sujeitos racializados significa disputar os regimes de verdade que sustentam a produção do conhecimento, reorientar o lugar de enunciação e afirmar o Sul Global como espaço legítimo de elaboração teórica, crítica social e imaginação política.*

### **AMEFRICANIDADE E COLONIALIDADE DO PODER**

*A proposta de Amefricanidade dialoga fortemente com formulações posteriores em torno da colonialidade do poder, tal como desenvolvida por Aníbal Quijano (2000) e aprofundada por autores como Walter D. Mignolo e Catherine Walsh. A colonialidade do poder designa a forma como a matriz colonial — fundada na classificação racial, na expropriação de trabalho, terra e corpos, e na hierarquização epistêmica — permanece operante para além do fim formal dos impérios coloniais.*

*Gonzalez, ao insistir na atualidade da escravidão em suas reconfigurações contemporâneas, antecipa debates que hoje atravessam os estudos sobre colonialidade, racialização e capitalismo periférico. Para a autora, a abolição formal não significou a dissolução das estruturas escravistas, mas sua rearticulação sob novas formas institucionais, simbólicas e discursivas, profundamente enraizadas na sociedade brasileira. O racismo, nesse contexto, opera menos pela afirmação explícita da hierarquia racial e mais pela via da negação sistemática de sua existência, sustentada pela ideologia da mestiçagem e pelo mito da democracia racial.*

*Essa operação produz uma forma específica de colonialidade que naturaliza a posição subalterna de negros e indígenas nas estruturas de classe, na divisão sexual e*

*racial do trabalho, na segregação socioespacial das cidades e nos regimes de validação do conhecimento. Ao serem historicamente situados como força de trabalho descartável, corpos hipersexualizados ou expressões folclorizadas da cultura nacional, esses sujeitos são sistematicamente excluídos da condição de produtores legítimos de saber e de história. É nesse cenário que a Amefricanidade emerge como um contra conceito, isto é, como uma categoria que não apenas descreve uma experiência histórica, mas intervém politicamente no campo das representações, desestabilizando os mecanismos que tentam fixar corpos negros e indígenas em posições ontologicamente inferiores e reafirmando sua condição de sujeitos históricos, políticos e epistêmicos (Gonzalez, 1983).*

*Essa dimensão contra hegemônica da Amefricanidade torna-se particularmente evidente na análise que Gonzalez realiza do português falado no Brasil como uma língua profundamente amefricanizada. Ao evidenciar a presença de africanismos lexicais, de estruturas sintáticas, de ritmos, entonações e marcas semânticas oriundas das línguas africanas e indígenas, a autora desloca a compreensão da língua de um registro normativo para um campo histórico e político (Gonzalez, 1988). A língua, nesse sentido, deixa de ser concebida como herança pura da colonização europeia e passa a ser entendida como produto de processos violentos de dominação, mas também de resistência, recriação e invenção cotidiana por parte dos povos escravizados e originários.*

*Ao inscrever essas marcas no próprio tecido linguístico da sociedade brasileira, Gonzalez questiona frontalmente a ideia de uma cultura nacional homogênea, branca e europeizada, revelando que aquilo que se apresenta como universal e neutro é, na verdade, atravessado por conflitos coloniais e disputas de poder. A Amefricanidade, portanto, não apenas reorienta a leitura da cultura e da linguagem, mas expõe o caráter político da produção simbólica, afirmando que falar, nomear e significar o mundo a partir de referências negras e indígenas constitui um gesto radical de enfrentamento à colonialidade e de afirmação de outras racionalidades possíveis no Sul Global.*

*A Amefricanidade e a colonialidade do poder se entrelaçam conceitualmente porque ambas fornecem lentes críticas para compreender como as estruturas coloniais continuam a moldar sociedades, conhecimento e subjetividades no Sul Global, especialmente nas Américas.*

*A colonialidade do poder, conceito central na tradição decolonial avançada por Aníbal Quijano, descreve como os efeitos do colonialismo europeu não desapareceram com a independência formal dos estados coloniais, mas persistem como estruturas de poder que organizam hierarquias raciais, sociais, econômicas e epistemológicas nas sociedades contemporâneas. Segundo essa perspectiva, as ordens sociais modernas continuam a implicar uma divisão racial do trabalho, classificações hierárquicas que valorizam determinados grupos e conhecimentos em detrimento de outros e uma economia global estruturada pela divisão internacional do trabalho herdada do colonialismo setecentista e oitocentista (Quijano).*

*Lélia Gonzalez, ao formular a Amefricanidade, aproxima-se diretamente dessa crítica à colonialidade. Sua proposta surge como uma resposta política e epistêmica aos modos pelos quais a colonialidade do poder opera para invisibilizar e marginalizar as populações negras e indígenas nas Américas. Ao deslocar conceitos como América Latina para categorias como Améfrica Ladina, Gonzalez expõe a colonialidade presente nas próprias nomeações geográficas e culturais que naturalizam uma história eurocêntrica e branca e apagam as contribuições e centralidades negras e ameríndias na formação do continente. Ao enfatizar a experiência diaspórica, a resistência cultural e a agência desses sujeitos, a Amefricanidade convoca uma reorientação do centro de enunciação do conhecimento, questionando a hegemonia epistemológica do Norte Global e revelando como a colonialidade do poder continua a produzir exclusões e hierarquias (Gonzalez; Amefricanidade).*

*Nesse sentido, a Amefricanidade não apenas coincide com a crítica à colonialidade do poder, mas a articula como um contra conceito que evidencia a necessidade de reconhecer outras matrizes de saber e existência fora dos parâmetros eurocêntricos. Enquanto a colonialidade do poder descreve as continuidades das formas coloniais de dominação inclusive no campo do saber a Amefricanidade propõe efeitos práticos e teóricos para desestabilizar essas hierarquias, valorizando práticas culturais, linguísticas e políticas produzidas por populações historicamente subalternizadas e reivindicando sua presença como produtoras legítimas de teoria e cultura.*

*A Amefricanidade é inseparável do lugar de fala de Gonzalez como mulher negra, migrante interna, intelectual e militante. Ela critica a importação acrítica de feminismos euro-norte-americanos que não dão conta das especificidades da experiência de mulheres*

*negras latino-americanas, marcadas pela intersecção entre racismo, sexismo e exploração de classe (Gonzalez, 1988). Ao fazê-lo, aproxima-se de formulações como a interseccionalidade (Crenshaw, 1991), mas deslocando o eixo geopolítico da discussão.*

*Enquanto a interseccionalidade nasce do contexto jurídico e político afro-estadunidense, a Amefricanidade se ancora na história de escravização, colonização e mestiçagem das Américas, articulando a experiência de mulheres negras brasileiras com caribenhas, andinas, centro-americanas, entre outras. A “mulher amefricana” é, ao mesmo tempo, trabalhadora doméstica urbana, camponesa, favelada, líder religiosa de matriz africana, intelectual e artista, encarnando múltiplas formas de fazer política e produzir conhecimento (Gonzalez, 1994; Collins, 2000).*

*Essa perspectiva inspira e é retomada por autoras brasileiras posteriores, como Sueli Carneiro, que discute o epistemicídio e a marginalização sistemática de saberes negros na universidade (Carneiro, 2005), e Djamila Ribeiro, ao desenvolver a noção de lugar de fala (Ribeiro, 2017). Em todos esses casos, há um fio comum: deslocar o centro da produção teórica para sujeitos historicamente relegados ao silêncio, problematizando a universalidade de perspectivas brancas e eurocentradas.*

### **AMEFRICANIDADE COMO CATEGORIA EPISTÊMICA**

*Compreender a Amefricanidade como categoria epistêmica implica reconhecê-la como um deslocamento radical no modo de produção, validação e circulação do conhecimento nas ciências humanas e sociais. Formulada por Lélia Gonzalez, essa categoria não se limita a nomear uma experiência histórica ou identitária, mas opera como um princípio crítico que questiona os fundamentos eurocentrados da epistemologia moderna. Ao evidenciar que os saberes hegemônicos foram historicamente produzidos a partir de um ponto de vista branco, masculino e colonial, a Amefricanidade propõe uma reorientação do lugar de enunciação, tomando como centrais as experiências históricas, culturais e políticas de sujeitos afrodescendentes e indígenas nas Américas (Gonzalez, 1988).*

*Nesse sentido, a categoria atua como uma crítica imanente à pretensão de universalidade das teorias produzidas no Norte Global, revelando seu caráter situado e suas limitações para interpretar realidades marcadas pela colonialidade, pela diáspora*

*africana e pelo genocídio indígena. A Amefricanidade, portanto, institui uma epistemologia que parte do Sul Global não como objeto de estudo, mas como lugar legítimo de produção teórica, tensionando o cânone e ampliando os horizontes do pensamento crítico.*

*Enquanto categoria epistêmica, a Amefricanidade também explicita que o conhecimento é inseparável das relações de poder e das disputas simbólicas que estruturam a sociedade. Ao valorizar práticas culturais, linguísticas, religiosas e estéticas produzidas por populações historicamente subalternizadas, Gonzalez demonstra que esses campos não são apenas expressões culturais, mas verdadeiros sistemas de produção de sentido e de interpretação do mundo (Gonzalez, 1994). Tal perspectiva antecipa debates que seriam posteriormente sistematizados pelas epistemologias do Sul e pelo pensamento decolonial, ao afirmar que raça, gênero e colonialidade não são temas periféricos, mas eixos estruturantes da produção do saber.*

*A Amefricanidade, assim, transforma o próprio estatuto do conhecimento ao reivindicar que narrativas, memórias, linguagens e cosmologias negras e indígenas sejam reconhecidas como formas legítimas de teoria social. Trata-se de uma intervenção epistemológica que desestabiliza hierarquias históricas do saber, reinscreve sujeitos racializados como produtores de conhecimento e contribui para a construção de uma racionalidade plural, situada e crítica, capaz de enfrentar os efeitos persistentes da colonialidade no campo acadêmico e social (Gonzalez, 1988).*

*Tomar a Amefricanidade como categoria epistêmica implica questionar o próprio cânone das ciências humanas e sociais. Gonzalez denuncia a forma como a academia brasileira e latino-americana reproduz padrões de colonialidade ao privilegiar teorias produzidas na Europa e nos Estados Unidos, relegando autores negros e indígenas a objetos de estudo, não a produtores de teoria (Gonzalez, 1988). A proposta de Amefricanidade sugere uma inversão: ler o mundo a partir das margens, ver as Américas desde sua face negra e indígena.*

*Isso se articula com a crítica decolonial à “geopolítica do conhecimento”, que mostra como a modernidade ocidental construiu uma divisão entre centros de enunciação (Europa, depois Estados Unidos) e periferias concebidas como fontes de dados, não de teoria (Mignolo & Walsh, 2018). A Amefricanidade, nesse quadro, é uma estratégia para*

*inscrever as Américas negras no mapa da teoria, produzindo conceitos, narrativas e imagens que não cabem nas categorias consolidadas.*

*Nesse sentido, pensar a escola, a cidade, o Estado, o trabalho, a família ou a cultura política a partir da Amefricanidade exige reconfigurar categorias como “cidadania”, “modernidade”, “nação” e “desenvolvimento”. Ao invés de imaginar o percurso histórico como caminho de atraso a progresso (europeu), a Amefricanidade permite perceber outras temporalidades, práticas comunitárias e formas de organização social que escapam ao modelo liberal-burguês (Quijano, 2000; Santos, 2007).*

*Outro aspecto central da proposta gonzaleana é sua dimensão estética. Gonzalez chama atenção para o modo como corpo, linguagem, religião e arte constituem espaços privilegiados de expressão da Amefricanidade. A cultura negra e indígena, frequentemente domesticada como folclore ou “tradição popular”, é, na verdade, campo de elaboração de uma contra-estética, que questiona o ideal branco ocidental de beleza, racionalidade e ordem (Gonzalez, 1988).*

*O próprio uso da linguagem por Lélia Gonzalez constitui um gesto teórico e político que materializa, no plano da escrita, a estética amefricana que ela mesma formula. A incorporação de termos como pretuguês, os jogos semânticos e críticos com Améfrica Ladina e a opção por uma escrita ensaística atravessada por humor, ironia e rigor conceitual tensionam deliberadamente as fronteiras entre ensaio acadêmico, militância intelectual e produção teórica. Essa escolha estilística não é acessória, mas parte constitutiva de sua proposta epistemológica, pois desestabiliza a norma culta como regime exclusivo de legitimidade do saber e afirma a linguagem como território de disputa política e simbólica.*

*Como observa Ratts (2007), Gonzalez mobiliza a língua como espaço de insurgência, expondo as marcas da colonialidade inscritas no português brasileiro e, simultaneamente, revelando as potências criativas oriundas das matrizes africanas e indígenas. Em diálogo com Frantz Fanon, a autora explicita como o corpo negro é produzido como alvo privilegiado da violência simbólica, mas também como lugar de elaboração subjetiva, resistência e reinvenção, no qual linguagem, memória e experiência se articulam de modo indissociável (Fanon, 2008; Gonzalez, 1983).*

*No campo estético-cultural, a Amefricanidade se manifesta como um arquivo vivo das memórias da diáspora, articulando experiências de dor, sobrevivência, criação e alegria que atravessam a música, a literatura, as artes visuais e as religiões de matriz africana. Esse horizonte estético recusa as dicotomias modernas entre corpo e espírito, razão e emoção, natureza e cultura, propondo cosmologias nas quais o sensível, o simbólico e o político se entrelaçam de forma constitutiva (Hall, 2003).*

*Nessa perspectiva, produções artísticas e literárias de autores como Abdias Nascimento, Conceição Evaristo e Carolina Maria de Jesus podem ser compreendidas como expressões de uma estética amefricana que reinscreve a experiência negra e indígena no centro da narrativa continental, deslocando os regimes hegemônicos de representação. Ao fazê-lo, essas obras não apenas ampliam o repertório cultural das Américas, mas operam como formas de conhecimento e crítica social, reafirmando a Amefricanidade como horizonte estético, político e epistêmico capaz de confrontar os efeitos persistentes da colonialidade e de produzir outras formas de imaginar o mundo a partir do Sul Global.*

## **ATUALIZAÇÕES CONTEMPORÂNEAS DA AMEFRICANIDADE**

*As atualizações contemporâneas da Amefricanidade evidenciam a vitalidade do conceito formulado por Lélia Gonzalez e sua capacidade de dialogar com problemáticas atuais do Sul Global. Longe de permanecer circunscrita ao contexto intelectual dos anos 1980, a Amefricanidade tem sido retomada como chave analítica para compreender novas formas de racialização, produção de subjetividades e disputas epistêmicas em contextos marcados pela intensificação do neoliberalismo, da plataformização da vida social e da circulação transnacional de narrativas negras.*

*Pesquisas recentes demonstram como a categoria permite analisar a emergência de vozes negras nas mídias digitais, compreendendo esses espaços como territórios de disputa simbólica, memória e produção de conhecimento situado (Rodrigues; Josiowicz, 2025). Nessa atualização, a Amefricanidade mantém sua função de deslocar o centro de enunciação do saber, revelando como práticas discursivas contemporâneas reinscrevem experiências da diáspora africana e das populações indígenas em linguagens híbridas, insurgentes e atravessadas pela colonialidade, mas também pela invenção política.*

*No campo das ciências humanas e da educação, a Amefricanidade tem sido articulada às epistemologias do Sul e aos debates decoloniais como categoria capaz de orientar práticas pedagógicas críticas e políticas curriculares antirracistas. Autores contemporâneos destacam sua potência para questionar a hierarquização dos saberes escolares e universitários, propondo a valorização de conhecimentos quilombolas, afro religiosos, indígenas e periféricos como formas legítimas de teoria e não apenas como objetos folclorizados de estudo (Da Silva, 2022).*

*Além disso, estudos em história e sociologia têm mobilizado a Amefricanidade para pensar identidade, memória social e fronteiras simbólicas, enfatizando sua dimensão relacional e processual, em diálogo com debates sobre pertencimento, migração e territorialidade nas Américas (Oliveira, 2021). Nesse sentido, a categoria continua a operar como contra conceito à colonialidade do poder, pois evidencia como raça, gênero e cultura permanecem estruturando desigualdades e regimes de visibilidade no presente.*

*No plano político e estético, as atualizações da Amefricanidade manifestam-se também nas lutas feministas negras latino-americanas e caribenhas, especialmente na articulação transnacional de movimentos que reivindicam a centralidade das mulheres negras na produção de saber, na memória coletiva e na imaginação de futuros possíveis. Datas simbólicas como o 25 de julho, Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha, têm sido analisadas como expressões contemporâneas de uma consciência amefricana que articula passado colonial, resistência presente e projetos políticos de transformação social (Gonzalez, 1994; Ratts, 2007).*

*No campo acadêmico internacional, a Amefricanidade também vem sendo incorporada aos estudos afro latino americanos e aos estudos da diáspora, tensionando a hegemonia teórica do Norte Global e afirmando as Américas como espaço privilegiado de produção de pensamento crítico. Essas atualizações confirmam que a Amefricanidade permanece como categoria viva, capaz de interpretar os desafios contemporâneos do racismo estrutural, da colonialidade persistente e das disputas epistêmicas, ao mesmo tempo em que projeta horizontes plurais de existência, conhecimento e criação a partir do Sul Global.*

*Assim sendo, o conceito de Amefricanidade tem sido retomado e atualizado em diferentes campos: estudos de gênero e sexualidade, pesquisa em educação, geografia*

*crítica, estudos urbanos, entre outros. Pesquisas que tratam das experiências de mulheres negras latino-americanas em contextos urbanos, por exemplo, articulam Amefricanidade com interseccionalidade para compreender como raça, gênero, classe e territorialidade se entrelaçam na produção de desigualdades e resistências (Pereira, 2019).*

*Na educação, a Amefricanidade inspira propostas curriculares que rompem com a centralidade eurocêntrica e incorporam histórias, literaturas, filosofias e práticas culturais negras e indígenas como parte constitutiva do conhecimento escolar, e não como conteúdos “complementares” (Silva, 2015). Esse movimento dialoga com as políticas de ação afirmativa e com a Lei 10.639/03, que torna obrigatória a história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas, mas vai além da simples inclusão de conteúdos, demandando transformação epistemológica.*

*Nos estudos decoloniais, alguns autores têm sublinhado a importância de reconhecer o caráter pioneiro do pensamento de Lélia Gonzalez e de outras intelectuais negras latino-americanas, muitas vezes marginalizadas nos relatos sobre a gênese da crítica à colonialidade (Maldonado-Torres, 2016). Ao recolocar Amefricanidade no centro do debate, enfatiza-se que a decolonialidade não é apenas um projeto conceitual andino ou caribenho, mas uma constelação de intervenções produzidas em vários pontos do Sul Global.*

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

*Inspirada no conceito de Amefricanidade elaborado por Lélia Gonzalez, esta reflexão procurou demonstrar a potência dessa categoria ao operar, de forma articulada, como crítica à colonialidade do poder, como ferramenta epistêmica de deslocamento do lugar de enunciação e como horizonte estético e político para a interpretação das experiências negras e indígenas nas Américas. Ao propor a nomeação da América Ladina a partir da experiência histórica de povos racializados, Gonzalez desestabiliza narrativas que naturalizam a branquitude como sujeito universal da história e da cultura, expondo os mecanismos pelos quais o racismo e o patriarcado estruturam tanto os projetos nacionais quanto os regimes de produção do saber.*

*Nesse movimento, sujeitos amefricanos deixam de ocupar a posição de objetos de análise ou de folclore cultural e passam a ser reconhecidos como protagonistas na*

produção de linguagem, pensamento crítico e práticas políticas, reafirmando a centralidade da diáspora africana e das cosmologias indígenas na constituição do continente.

*A Amefricanidade, portanto, não se reduz a um marcador identitário, mas configura-se como uma convocação ética, política e intelectual para repensar os modos pelos quais ensinamos, pesquisamos, narramos o passado, ocupamos o espaço urbano, organizamos a vida coletiva e projetamos futuros possíveis. Em um contexto marcado pelo recrudescimento do racismo, pela intensificação da violência colonial em suas formas contemporâneas e pela precarização crescente da vida nas Américas, retomar Lélia Gonzalez significa atualizar sua aposta em uma produção intelectual comprometida com a transformação das estruturas que insistem em negar humanidade plena a sujeitos negros e indígenas.*

*Significa, ainda, reconhecer que as respostas teóricas e políticas às crises do presente não emergirão exclusivamente dos centros hegemônicos de enunciação, mas dos múltiplos territórios amefricanos de fala, memória e criação que, apesar de historicamente silenciados, continuam a produzir saberes capazes de reorientar criticamente o pensamento social e a imaginação política no Sul Global.*

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARNEIRO, Sueli. *A construção do outro como não ser como fundamento do ser*. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- COLLINS, Patricia Hill. *Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 2000.
- CRENSHAW, Kimberlé. *Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color*. *Stanford Law Review*, Stanford, v. 43, n. 6, p. 1241–1299, 1991.
- DA SILVA, João Ricardo. *Amefricanidade e educação antirracista: epistemologias negras e práticas pedagógicas decoloniais*. *Revista de Educação Popular, Uberlândia*, v. 21, n. 2, p. 45–62, 2022.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- GONZALEZ, Lélia. *Racismo e sexismo na cultura brasileira*. *Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, n. 2, p. 223–244, 1983.
- GONZALEZ, Lélia. *A categoria político-cultural de amefricanidade*. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69–82, 1988.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano. Cadernos de Formação Política do Círculo Palmarino, Rio de Janeiro, n. 1, p. 7–22, 1994.*

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.*

MALDONADO-TORRES, Nelson. *Outline of ten theses on coloniality and decoloniality. [S. l.]: Fundação Frantz Fanon, 2016.*

MIGNOLO, Walter; WALSH, Catherine. *On decoloniality: concepts, analytics, praxis. Durham: Duke University Press, 2018.*

OLIVEIRA, Eduardo David. *Amefricanidade, memória e fronteiras identitárias nas Américas. Temporalidades, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p. 112–129, 2021.*

PEREIRA, Amana Lopes. *Amefricanidade, gênero e cidade: mulheres negras na produção do espaço urbano. Cadernos Pagu, Campinas, n. 56, e195612, 2019.*

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 201–246.*

RATTS, Alex. *Eu sou atlântica: sobre a trajetória intelectual de Lélia Gonzalez. São Paulo: Instituto Kuanza, 2007.*

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala? Belo Horizonte: Letramento, 2017.*

RODRIGUES, Thiago; JOSIOWICZ, Alejandra. *Amefricanidade, discurso e mídias digitais: atualizações do pensamento de Lélia Gonzalez. Bakhtiniana, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 1–20, 2025.*

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. Revista Crítica de Ciências Sociais, Coimbra, n. 78, p. 3–46, 2007.*

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. *Amefricanidade e currículo: desafios para uma educação antirracista. Educação & Sociedade, Campinas, v. 36, n. 132, p. 93–111, 2015.*